

5 LEIS FUNDAMENTAIS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

E OS RISCOS PARA EMPRESAS QUE COMETEM INFRAÇÕES



Lei nº 6.938

Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)

Criada em 31/08/1981

Resumo: Visa preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, garantindo condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. É a referência mais importante na proteção ambiental do País.

Principais feitos: Estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Riscos à pessoa jurídica em caso de infração: Multa simples ou diária, perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais, perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento, suspensão de sua atividade. As penalidades variam conforme o porte da empresa e dimensão da infração.

[TEXTO COMPLETO](#) →

Resumo: Tem o objetivo de proteger o meio ambiente, punindo comportamentos que causem poluição, degradação, exploração de recursos naturais sem autorização e maus-tratos a animais.

Principais feitos: Elenca os tipos de crimes ambientais (contra a fauna; contra a flora; de poluição e outros; contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; contra a administração ambiental), suas penas e os fatores a serem observados na aplicação da pena.

Riscos à pessoa jurídica em caso de infração: Multas, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de obter subsídios, subvenções ou doações do Poder Público, prestação de serviços à comunidade.

***Importante:** a lei também prevê detenção e indica que a pessoa jurídica pode ser desconsiderada sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos.

[TEXTO COMPLETO](#) →

Lei nº 9.605

Lei dos Crimes Ambientais

Criada em 12/02/1998

Resumo: Regula a proteção e o uso das florestas e vegetações nativas no território nacional, prevendo instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Principais feitos: Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais.

Riscos à pessoa jurídica em caso de infração: Multas pecuniárias, embargo de atividades, reparação dos danos ambientais, suspensão ou cancelamento de licenças, interdição temporária ou definitiva, apreensão de produtos e equipamentos, restrições de crédito e benefícios fiscais, responsabilidade penal, divulgação da infração cometida pela empresa em meios de comunicação.

[TEXTO COMPLETO](#) →

Lei nº 12.651

Código Florestal Brasileiro

Criada em 25/05/2012

Resumo: Delimita as diretrizes para uma gestão ambientalmente adequada de todos os tipos de resíduos sólidos em território nacional.

Principais feitos: Estrutura os planos nacional, estadual e municipal de gestão de resíduos, bem como o plano de gerenciamento de resíduos sólidos e as responsabilidades dos geradores e do poder público, com destaque à instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (entre fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos).

Riscos à pessoa jurídica em caso de infração: Advertências, multas simples ou diárias, apreensão de produtos, suspensão de vendas e fabricação de produtos, embargo de obras, entre outras ações administrativas. As penalidades podem variar de acordo com a gravidade da infração.

[TEXTO COMPLETO](#) →

Lei nº 12.305

Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS)

Criada em 02/08/2010

Resumo: Tem como principal objetivo assegurar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas para as atuais e futuras gerações, promover a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, e prevenir e defender contra eventos hidrológicos críticos.

Principais feitos: Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (com fundamentos, objetivos, diretrizes gerais, instrumentos, planos e outorga de direitos de uso e de cobrança de uso dos recursos hídricos) e também cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Riscos à pessoa jurídica em caso de infração: Multas, suspensão temporária de atividades, embargo ou interdição do estabelecimento, responsabilização administrativa, civil e penal.

[TEXTO COMPLETO](#) →

Lei nº 9.433

Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)

Criada em 08/01/1997

RECEBA UM LEVANTAMENTO COMPLETO DAS LEIS AMBIENTAIS QUE IMPACTAM A SUA EMPRESA

SABER MAIS